

***Jorge Sampaio***

Presidente da República (1996-2006)

**Jantar-Debate**

**"Portugal e Europa: Algumas incertezas e desafios"**

Organizado pela Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia  
Industrial (APGEI)

Porto Palácio Congress Hotel & SPA

*3 de Março de 2011*

Excelências

Minhas Senhoras e Senhores

Caros amigos

- Primeiro quero, naturalmente, agradecer as lisonjeiras palavras dos meus queridos amigos Drs. Artur Santos Silva e Rui Guimarães, cuja generosa indulgência se deve à forte amizade que nos une!
- Depois gostaria também de agradecer a todos os presentes por estarem aqui hoje comigo – também neste vosso gesto leio estima e apreço que são sentimentos sempre gratificantes e portadores de um enorme estímulo para mim.
- Bem hajam!

Meus amigos

- O tema que escolhi para a nossa tertúlia de hoje versa sobre algumas das incertezas e desafios que impendem sobre Portugal.
- Mas falar sobre Portugal implica também falar da Europa porque as interconexões e interdependências são tais que o mapa da Europa se assemelha mais a um campo electromagnético do que a um espaço euclidiano.
- Os desafios que enfrentamos encerram matizes próprias a Portugal, sem dúvida, mas contêm também uma dimensão europeia intrínseca. Por isso, parte da sua solução passa inexoravelmente pela Europa e só a combinação de uma estratégia a duas dimensões permitirá salvar o futuro.

- Em bom rigor, há ainda uma terceira dimensão a considerar, a da mundialização que tem como corolário, a internacionalização – das crises como das oportunidades, quer se trate da economia, da política ou da cultura - e o multilateralismo crescente.
  
- Mas aqui vou deixar de lado esta vertente e proponho-me partilhar convosco algumas reflexões sobre a Europa e Portugal na dupla perspectiva das incertezas e dos desafios.
  
- Em relação a cada uma, três pontos.
  
- Entre as incertezas incluo:
  - 1. Capacidade da Europa em afirmar uma visão política partilhada para o projecto europeu
  - 2. Capacidade de reforma do modelo europeu de sociedade
  - 3. Capacidade de formar plataformas de entendimento em torno de questões decisivas para Portugal
  
- Sobre a questão da Europa política – o primeiro ponto –, quero apenas manifestar a minha apreensão quanto a uma evolução perigosa a que se tem assistido nos últimos tempos, com os órgãos comunitários a perder capacidade de iniciativa e de afirmação do interesse geral e o concomitante aumento de peso dos interesses nacionais de um número muito restrito de Estados membros.
  
- Sem uma visão forte da Europa como um todo, um sentido agudo da igualdade coesão e solidariedade entre os Estados, e uma perspectiva de longo prazo será difícil sair desta crise que, por afectar profundamente um número elevado de Estados membros acaba por “infectar”, por assim dizer, o

espaço europeu no seu conjunto, mesmo se os efeitos permanecem (ainda) invisíveis em algumas das suas economias.

- A meu ver, a situação da Grécia e da Irlanda e a forma como em relação a si a solidariedade europeia funcionou (ou, melhor, como não funcionou) é um exemplo sintomático e bem revelador do esforço a fazer para colmatar o hiato da Europa política.
- Um outro exemplo, é o da política externa. O caso recente das mudanças no mundo árabe e a relativa ausência da União Europeia como parceiro activo, no quadro nomeadamente da União para o Mediterrâneo, dá que pensar, sobretudo se atendermos a que se trata de uma região vizinha da Europa e de parceiros geo-políticos estratégicos vitais para nós, europeus.
- É tempo de reforçar um espaço integrado euro-mediterrânico que crie oportunidades de co-desenvolvimento e de emprego e que contribua para a diminuição das profundas desigualdades existentes entre as duas margens.
- Tem-se falado tanto de choque de culturas, religiões e civilizações, mas afinal o que temos estado a observar – pelo menos por agora - é a reivindicação dos valores universais dos direitos humanos, das liberdades e da democracia.
- Democracia, para mim, continua a ser o governo do povo e para o povo e, nesse sentido, esta resulta da combinação entre as particularidades locais e o núcleo duro dos valores fundamentais expresso mormente na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Por isso, como dizem os economistas, a democracia é um bem não transaccionável; mas isso não obsta, naturalmente, a que se possa contribuir para a capacitação e desenvolvimento local da democracia.

- Por isso me parece também que é tempo de investir maciçamente numa espécie de plano de apoio à democratização das sociedades árabes indo ao encontro das aspirações tão claramente expressas pelas suas populações.
- Portugal, por exemplo, tem um capital importante e goza de grande credibilidade junto dos seus parceiros árabes. Seria altura de aprofundar a nossa cooperação com esta região do mundo e de estimular iniciativas europeias de típico *soft power*.
- A segunda incerteza que queria referir respeita à reforma do modelo de sociedade europeia, na dupla vertente da coesão social e da diversidade cultural.
- A evolução demográfica na Europa, com uma população envelhecida coloca sob pressão o modelo social europeu construído desde o pós guerra, pressão agravada aliás pelo fraco crescimento económico ou mesmo a estagnação das suas economias.
- Tal como a OCDE tem vindo a frisar, o custo do envelhecimento da população será dez vezes superior ao custo da actual crise, não estando nenhum país, nem nenhum sistema livre de perigo.
- E embora as reformas do Estado-providência ou do Welfare State estejam já em curso em quase toda a União Europeia, mantém-se a dúvida acerca da sustentabilidade futura do chamado modelo social europeu. Serão as reformas suficientes e capazes de preservar o essencial ? E como definir o que é essencial e assegurar o seu financiamento quando as economias estão em tão profunda mutação, com a contínua destruição de emprego, a formação de novos grupos vulneráveis e o aumento das desigualdades sociais ?

- A meu ver, persiste uma incerteza grande quanto à capacidade de operar uma reforma sustentável e de encontrar respostas para este desafio que, com a crise económica e financeira assume proporções inéditas e, nalguns casos, dramáticas.
- Se este é um desafio nacional, não deixa por isso de revestir uma dimensão europeia apesar da diversidade das situações, pelo que, a meu ver, nesta matéria seria desejável mais Europa. Por mais Europa entendo, mais instrumentos que favoreçam o crescimento e a competitividade da economia, a inovação e a criação de emprego; mais acções e medidas – também no plano da harmonização fiscal gradual - que contribuam para a reforma sustentável do nosso modelo social.
- A segunda vertente da reforma do modelo das sociedades europeias prende-se com a sua composição cultural sempre mais diversa e a necessidade de assegurar inclusividade e integração, sem que isso redunde em assimilação ou mera justaposição das diferenças.
- Sabemos todos que este é um desafio que tem vindo a adquirir um peso crescente e se tornou numa questão social fracturante em muitos países europeus. A integração das comunidades imigrantes, mas também das minorias, especialmente os muçulmanos, é uma questão mal resolvida na Europa, até por causa das amálgamas fáceis com o terrorismo e o extremismo.
- Também neste domínio, a crise económica e financeira tem um impacto muito negativo que poderá explicar a progressão da extrema direita ou de uma nova direita radical na Europa, ancorada em considerações sobre a imigração e à emergência de sentimentos nacionalistas.

- Passo agora para o terceiro ponto do capítulo das incertezas – a capacidade de formar plataformas de entendimento em torno de questões decisivas para Portugal.
- Esta é a grande incerteza que paira sobre o nosso futuro. Em tempos falei da provável ingovernabilidade do país. Hoje parece-me que a prioridade nacional deveria ser a de criar plataformas de concertação alargadas no tempo (ou seja, válidas para mais de uma legislatura) e na composição (isto é, entre decisores políticos, agentes económicos e parceiros sociais) em relação a um núcleo duro de questões essenciais para o país – crescimento, produtividade e competitividade; criação de emprego; preservação da coesão social e territorial; saneamento das finanças públicas.
- A insustentável acumulação da dívida externa, privada e pública, o insuficiente desempenho da economia, o aumento do desemprego, a estagnação e mesmo diminuição do nível de vida dos portugueses, com cerca de 18% da população em risco de pobreza e grandes desigualdades de rendimento, fazem com que Portugal esteja em apuros.
- Por isso, acordos políticos, mas também sociais, exigentes e realistas serão incontornáveis para que se possam corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e proceder aos ajustamentos necessários que ponham Portugal na rota do crescimento económico e da modernização durante a segunda década deste século.
- O que está em causa não é só um plano de austeridade para sanear as finanças públicas, como não é também só um plano de crescimento a médio prazo, para melhorar o desempenho da economia.
- Portugal precisa outrossim, com idêntico grau de prioridade, de um plano de longo prazo para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza, não por razões ideológicas, mas porque a dimensão social, longe de ser um constrangimento

do processo de crescimento económico, é um elemento chave do modelo de desenvolvimento sustentável.

- O plano de austeridade orçamental, preferencialmente assente na racionalização e diminuição da despesa pública, deve ser suficiente para cumprir os compromissos orçamentais a que Portugal está obrigado e mostrar o rigor e a determinação indispensáveis para recuperar a credibilidade e a confiança junto dos mercados financeiros internacionais.
- O plano de crescimento a médio prazo, preferencialmente assente numa eficaz política de inovação que possibilite produzir e vender mais bens e serviços com maior valor acrescentado, deverá levar ao reforço da competitividade e à redução do desequilíbrio externo, assim como aumentar o produto e o emprego.
- O plano de longo prazo para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza deverá passar pela requalificação das pessoas e da elevação dos seus níveis educativos em termos formais e informais, de conhecimentos e de competências.
- Mas este será um processo longo, com custos sociais pesados que exigirá continuidade de esforços e de políticas durante a próxima década por forma a que se possam levar a cabo as mudanças de fundo indispensáveis na estrutura e nas instituições da economia e da sociedade – na administração pública, na justiça e na educação, designadamente.
- A crucial importância política de 2011 não advém, assim, tanto de actos eleitorais que tenham ou possam ter lugar mas, sim, da capacidade das principais forças partidárias em criar uma plataforma de entendimentos e de concertação – entre si, mas também com os agentes económicos e os parceiros sociais - para a próxima década.



- Entendimento sobre as funções que o Estado deve ou não satisfazer e sobre aquelas em que tem de melhorar significativamente a eficiência.
- Entendimento sobre o sistema judicial que continua a deparar-se com desafios grandes, designadamente com um problema de morosidade, que não é compatível com a dinâmica da economia e da vida moderna, e outro de credibilidade – a confiança na justiça, na qualidade da justiça é um pilar essencial da democracia e da economia, razão por que é uma das áreas de reforma mais urgente.
- Entendimento sobre as prioridades da educação, uma área absolutamente nevrálgica para o incremento das qualificações e dos níveis educativos, por forma a quebrar de vez com a fractura social que divide Portugal em dois: o Portugal moderno e o Portugal tradicional e desqualificado.
- Entendimento também sobre as políticas públicas de criação de “almofadas sociais” suficientemente fortes para gerir, no contexto das especificidades portuguesas, um processo de ajustamento da economia a um modelo de crescimento adequado que vai produzir ainda, nesta fase de transição, mais destruição de emprego e exigir novas qualificações.
- O futuro de Portugal passa por boas reformas nestas e noutras áreas e as dificuldades financeiras do País não podem servir de pretexto para adiamentos e atrasos, até porque muitas das transformações em causa têm sobretudo que ver com mudanças de organização, de regras e de procedimentos com nula ou fraca incidência financeira.
- Reformar por reformar, não vale a pena, até porque o ímpeto reformista sem uma visão partilhada dos objectivos e metas a atingir não produz resultados nem cria confiança.

- Seremos capazes de ultrapassar divisões e de nos concertarmos sobre o nosso futuro ? Esta é, para mim, uma questão em aberto e de incerta resposta, mas que não podemos desistir de procurar.
- Só assim poderemos restaurar a confiança em nós próprios e na nossa capacidade de fazer das dificuldades desafios e destes metas a alcançar. E a confiança é, como sabem, o alfa e o ómega da acção e da vida em sociedade.

### Desafios

- Em relação aos desafios agora, destaco - também - três:
  - 1. Reconstrução de um Estado forte em Portugal
  - 2. Regeneração das democracias representativas na Europa
  - 3. Correção dos desequilíbrios mundiais e luta contra a pobreza
- Em relação ao primeiro ponto, o que quero ressaltar agora, é que, por um lado, o Estado democrático tem de ser um aliado estratégico das forças económicas e sociais modernizadoras; por outro lado, as forças da inovação na economia e na sociedade são os aliados naturais de uma democracia moderna.
- Esta é uma aliança indispensável, sem a qual o Estado e a democracia podem ser facilmente colonizados pelos interesses corporativos. Sem essa aliança corre-se o risco de juntar à falta de organização e dinamismo da sociedade a paralisia do Estado.
- Só com esta aliança poderemos consolidar a democracia moderna e defender os interesses nacionais no plano económico, social e cultural.
- Friso isto porque às vezes confunde-se o papel do Estado com o peso do Estado. Precisamos de um Estado forte e robusto, mais sóbrio e eficaz,

totalmente insuspeito, idóneo e incorruptível, que combine rapidez de intervenção e oportunidade de resposta, com obrigação de resultados, que saiba defender uma visão de futuro e priorizar as políticas públicas, que faça valer o interesse público e resista às pressões corporativistas e aos interesses particulares. Um Estado que seja bastião de confiança para os cidadãos.

- Um Estado forte saberá regular os mercados, estimular a competitividade, o empreendedorismo e a iniciativa privada, promover o diálogo, a concertação e a cooperação para a mudança e reforçar a solidariedade.
- Um Estado forte saberá ser um verdadeiro regulador da economia, velando, por exemplo, por que prevaleça uma relação virtuosa entre bens transaccionáveis e não transaccionáveis. Em Portugal, por exemplo, não é aceitável continuar a privilegiar os bens não transaccionáveis em prejuízo dos bens transaccionáveis que são, afinal, o motor da nossa economia. Um Estado forte saberá apoiar os empresários na captura de mercados externos, dar-lhes ambição, incitá-los-á a tomar riscos controlados e criará as condições necessárias para que tenham acesso ao crédito de que necessitam.
- Um Estado forte mobilizará a sua diplomacia e a política externa de forma permanente e usará de todo o seu peso para defender os seus interesses – políticos, económicos e culturais - junto dos seus parceiros na Europa e no mundo.
- Portugal está em apuros, é certo. Mas em democracia – enquanto o regime do povo, pelo povo e para o povo -, o seu futuro não é alienável nem negociável.

- Assim sendo, as forças políticas que o representam e que dele retiram legitimidade, têm especial responsabilidade na criação de condições que permitam acordos políticos e sociais, fortes e estruturados, sobre a hierarquia das prioridades na estratégia de modernização, os domínios específicos onde devemos concentrar os nossos recursos colectivos e as nossas energias, bem como sobre as metas concretas que definem a nossa ambição como povo, sociedade e país que tem orgulho de si, da sua história e da sua credibilidade internacional.
  
- Em democracia há divergências, dissensões e combates ideológicos. Mas a democracia rege-se por valores, tem regras e exige civilidade. O espaço público serve para exprimir a pluralidade de opiniões, para formular acordos e expressar desacordos. Mas não é para ser palco de despautérios, brigas e vindictas que nada têm que ver nem com liberdade de expressão nem com democracia. Sem querer cair em moralismos avulsos, a democracia precisa de um pacto ético, que contribua para o reforço do sentido da responsabilidade individual e colectiva e a dignificação das pessoas como cidadãos e dos cidadãos como pessoas.
  
- A democracia é confronto, sim, mas o debate é parte de um processo de decisão. Por isso, o confronto não se pode transformar em contenda interminável. Há um momento em que o compromisso é incontornável.
  
- É este o nosso desafio nacional.
  
- 2. Em relação ao segundo desafio, a regeneração das democracias representativas na Europa, vou ser breve e apesar de estas notas já irem longas de mais, é um ponto que não quero deixar de referir aqui.
  
- Temos assistido à formação de um fosso crescente entre as democracias nacionais e “Bruxelas”, com o que esta palavra representa em termos de

produção normativa e de processo decisório com um profundo impacto na vida dos cidadãos europeus.

- Esta integração crescente no plano económico, social e político está, no entanto, desfasada e descentrada dos mecanismos democráticos e dos espaços públicos nacionais, bem como da percepção que os cidadãos têm do funcionamento da democracia.
- O problema é triplo. Nem o conhecimento do funcionamento da Europa faz parte da cultura cívica e política dos europeus. Nem este último está suficientemente integrado nas democracias nacionais. Nem nenhum dos dois parece interessar o suficiente os cidadãos cujo afastamento da política em geral parece ser uma tendência firme por toda a Europa.
- Mesmo se à volta do Mediterrâneo ditaduras estão a ser derrubadas pela pressão da rua e a democracia é uma reivindicação comuns dos povos, importa que as democracias europeias – tanto as mais antigas como as mais recentes – despertem para a necessidade de se requalificarem, caso contrário, poderemos, a prazo assistir, à ressurgência de movimentos populistas de má memória que no século passado precipitaram a Europa para a tragédia.
- Requalificar as democracias europeias – no duplo plano europeu e nacional – parece-me pois um importante desafio que não deve ser ignorado.
- O último desafio que quero mencionar aqui hoje refere-se aos gigantescos desequilíbrios do nosso mundo globalizado e à necessidade de os atacar e de lutar também contra a pobreza.
- Não me refiro apenas aos desequilíbrios financeiros designadamente entre os EUA, a Europa e a Ásia, cuja reabsorção não pode ser descurada, mas também ao imenso desafio que constitui o desenvolvimento sustentável tal

como espelhado nos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) que são o quadro de referência para a redução da pobreza no mundo.

- Importa não perder de vista que a progressão dos ODM tem sido lenta e muito desigual e que não parece provável que sejam alcançados na meta prevista de 2015.
- Acelerar esta luta e pugnar por que as extensas bolsas de pobreza extrema que existem ainda em algumas regiões do mundo (designadamente na África subsariana) sejam combatidas pelos variadíssimos meios à disposição da comunidade internacional é a meu ver um desafio extremo, mas também um imperativo ético da humanidade.

Caros amigos

- A noite vai longa. Partilhei convosco incertezas e desafios.
- Estamos em apuros, é preciso reconhecê-lo.
- Mas tenho uma convicção: é que saberemos transformar estes desafios e incertezas em combates e metas a vencer.
- Por isso, importa, para além das clivagens partidárias, dos interesses sectoriais e particulares, dos cálculos eleitoralistas, do bota-abaixo derrotista e da vitimização fácil, consolidar a vontade nacional de ultrapassar a crise, potenciar talentos e capacidades – porque os há e isso é uma riqueza inestimável – e mostrar que somos capazes de nos organizar e de lutar pelo futuro.
- Acredito que esta é, também, a vossa visão.
- Muito obrigado.